

## **ORGANIZAR O ENSINO, INSTRUIR E CIVILIZAR A NAÇÃO: Debates político-educacionais na imprensa da Bahia**

ORGANIZING TEACHING, INSTRUCTING AND CIVILIZING THE NATION: Political-educational discourses in the Bahia press

**Mírian Soares de Sousa Silva**<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4934-6745>

**Cíntia Borges de Almeida**<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-8084-9888>

### **RESUMO**

O objetivo consiste em analisar os discursos educacionais circulados, a partir das fontes noticiadas pela imprensa baiana e presente nos relatórios oficiais da Bahia. Para a realização da pesquisa documental, o caminho de investigação traçado se deu pelo levantamento de dados localizados no acervo consultado na Fundação Biblioteca Nacional. A investigação se deu através da análise dos discursos Foucault – como categoria de análise – travados por políticos, intelectuais, professores e a sociedade civil, tendo a imprensa como instrumento fecundo para a coleta de dados por ser considerada espaço estratégico de convencimento e persuasão, bem como um espaço político, de poder e de consolidação de círculos intelectualizados. A pesquisa direcionada tratou do movimento inicial da organização do ensino popular na Bahia, verificando o seu desdobramento como um dispositivo parte do projeto civilizatório idealizado no contexto Republicano.

**Palavras-chave:** História da Educação. Organização do ensino. Debates políticos. Imprensa. Bahia.

### **ABSTRACT**

The objective is to analyze the educational discourses circulated, from sources reported by the Bahia press and present in official reports from Bahia. In order to carry out the documentary research, the path of investigation traced was given by surveying data located in the collection consulted at the National Library Foundation. The investigation took place through the analysis of discourses Foucault – as a category of analysis – debated by politicians, intellectuals, teachers and civil society. The investigation had the press as a rich instrument for data collection as it is considered a strategic space for opinion and persuasion, and the press as a political space, of power and of consolidation of intellectual circles. The targeted research dealt with the initial movement of the organization of popular education in Bahia, verifying its unfolding as a device part of the civilizing project idealized in the context Republican.

**Keywords:** History of Education. Organization of teaching. Political debates. Press. Bahia.

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: soaresmirian.sousa@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ProPEd/UERJ. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz - DCIE/UESC. E-mail: cbalmeida@uesc.br.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa trata do movimento inicial da organização do ensino popular na Bahia, a partir da disseminação da instrução primária, via agência pública e de iniciativas particulares, durante o século XIX, e seu desdobramento como um dispositivo do projeto civilizatório idealizado no contexto Republicano.<sup>3</sup> A investigação se deu através da análise dos discursos travados por políticos, intelectuais, professores e a sociedade civil, tendo a imprensa como espaço fecundo para a coleta de dados. A pesquisa transcorreu observando os debates e os dados estatísticos presentes nos jornais da Bahia e, principalmente, nos relatórios de governos no período estabelecido.

Desta feita, reconhecemos o envolvimento dos intelectuais com grupos dirigentes da sociedade, se manifestando pela composição de alguma facção partidária, mas principalmente, a partir da consolidação de círculos intelectualizados que, assumiam o papel de inovadores na intervenção da especialização do trabalho político e cultural, que reverberam nas condições sociais idealizadas e representadas pelo projeto de nação e de sociedade que vinha sendo forjado por estes mesmos sujeitos.

Segundo Sérgio Miceli (2001), ao pensar “os intelectuais à brasileira”, é necessário compreender a formação destes círculos de atuação e a transformação do papel político e cultural dos intelectuais nas oligarquias (MICELI, 2001, p.88). Logo, é preciso compreender os espaços públicos sendo disputados e projetados por diferentes grupos para a transformação da própria sociedade.

Os projetos educacionais pensados no sentido de ordenar a população brasileira mais pobre, civilizar para tornar-se moderno, seguiram parâmetros europeus e tornaram-se mais evidentes após a independência do país, já sendo pensados para formar e fortalecer o Estado-Nação. Diante disso, nosso interesse de pesquisa consiste em investigar: como os ideais republicanos influenciaram a organização do

---

<sup>3</sup> O levantamento documental apresentado neste trabalho foi realizado a partir do projeto de pesquisa "POLÍTICA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO: Instituições, Intelectuais e Educabilidade no projeto de formação social", financiado pela PROPP/UESC.

ensino na Bahia e estiveram presentes nos debates políticos disseminados na imprensa baiana?

Partindo do interesse enunciado, a relevância da pesquisa histórica, pelo viés da História Política e Cultural, estará pautada em novas fontes, objetos e abordagens que servirão para contribuir com o campo da História da Educação; buscando dar vistas às reformas, aos projetos educacionais e suas práticas – a partir da categoria de análise dos discursos – aos debates que circulavam nas arenas políticas, educacionais e culturais da província/estado da Bahia, investigado por outros/as pesquisadores/as, porém, com outros recortes e intencionalidades.

A fim de cumprir o objetivo deste trabalho – a análise dos discursos educacionais circulados durante o processo de organização do ensino, a partir das fontes noticiadas pela imprensa baiana e presente nos relatórios oficiais da Bahia – o caminho de investigação traçado se deu pelo levantamento de dados localizados no acervo consultado na Fundação Biblioteca Nacional – FBN.

Para apropriar-se da pesquisa documental proposta, que tem os jornais como fonte principal, trazemos algumas referências que nos ajudam a operar com tais documentos, bem como circular pelo campo da História da Educação, a partir dos conceitos que são caros e indispensáveis para este estudo.

Raquel Discini de Campos (2012) contextualiza a importância adquirida pela imprensa não pedagógica, os jornais de diferentes segmentos, no cotidiano das sociedades urbanas brasileiras no século XIX e XX, bem como, sua importância como objeto de pesquisa para a escrita da História da Educação (CAMPOS, 2012, p.67).

Houve um aprofundamento na discussão em torno da organização da instrução pública e escolarização no século XIX a partir de Luciano Faria Filho (1998). O conceito “cultura escolar” permite entender o projeto vigente. Conjuntamente com seu entendimento sobre as práticas escolares, autor reforça que a partir de mecanismos de escolarização dos corpos, “o processo de homogeneização da cultura coloca-se, pois, para a escola, como algo necessário diante da profunda heterogeneidade das práticas culturais no interior da cidade, da sociedade” (1998, p.141).

A abordagem sobre “civilização na modernidade”, discussão proposta por Carlota Boto (2017), traz apontamentos que sugerem que “civilizar corresponderá a um só tempo, uma estratégia de racionalização de disciplinas exercidas por corpos e corações de institucionalização de vida” (2017, p.98). Tais autores referenciados

contribuem para uma articulação mais significativa com os conceitos e o modo de historicizar a educação brasileira.

Para se trabalhar com documentos e os sentidos produzidos pelos mesmos, torna-se necessário estabelecer diálogo com Roger Chartier, a fim de operar com as narrativas produzidas pelos articulistas e noticiadas pela imprensa periódica, a partir das estratégias discursivas. Assim, as representações “têm uma energia própria que persuadem seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram” (CHARTIER, 2011, p.24).

A escolha pela análise de jornais, assim como a escolha pelo procedimento de pesquisa documental, é relevante e indispensável para um trabalho de viés histórico, pois, os “documentos são ferramentas de comunicação de massas, constituindo uma significativa fonte de dados para a pesquisa social” (GIL, 2008, p.153-154).

## **2. OS JORNAIS NA DISSEMINAÇÃO DOS IDEAIS CIVILIZATÓRIOS E DOS PROJETOS EDUCACIONAIS**

Iniciada no período colonial em que um “rígido controle estatal impediu a montagem de prensas e a publicação de impressos” (PINHEIRO, 2009, p.2), a imprensa toma impulso no Brasil a partir do século XIX, com a vinda de D. João VI, em 1808.

Neste período, com a difusão da leitura, “o aprimoramento da técnica de impressão, os caracteres tipográficos, permitiram a proliferação de panfletos e libelos revolucionários que, distribuídos e consumidos, muitas vezes, na mais profunda clandestinidade”, chegavam às camadas populares, “ampliando o espaço da participação política e da cidadania” (IDEM, 2009, p.2). Segundo Jardim e Brandão (2014), no Brasil, “a Lei de Imprensa antecede a Proclamação e a Independência” (2014, p.136).

A partir de 1821, percebe-se, então, um extenso número de jornais que circulavam na capital do país e nas províncias, trazendo debates políticos e sociais para as arenas públicas. As notícias possuíam cunho opinativo, que além de informar o leitor, homogeneizar as opiniões, saíam do caráter particular para o caráter público intencionalmente, geralmente, a serviços da coroa.

Na província da Bahia, principalmente em sua capital, não foi diferente a utilização da imprensa e sua intencionalidade para além do campo opinativo. A propósito, Diniz (2009) aponta que, no período de efervescência dos debates políticos, trinta e cinco (35) importantes jornais da Bahia pertenciam à empresa de uma única família (DINIZ, 2009, p.02).

De modo operante parcial, utilizando sua “universalidade”, a imprensa tinha claras intenções de servir a determinados grupos políticos. Nessa direção, Michel Foucault ajuda a pensarmos os usos do discurso e seu poder. Para interpretar “os jogos de verdade” produzidos pelos diferentes sujeitos produtores de discursos, percebemos que, para compreender a constituição dos discursos desses sujeitos, devíamos interpretá-los como “constituídos no interior mesmo da história”, “fundado e refundado a cada instante pela história” (FOUCAULT, 2001, p.10).

Compreendendo as estratégias por trás da produção de discursos e das representações forjadas pela imprensa, ainda sobre o uso de impressos na Bahia e o controle das ideias e projetos por grupos intelectuais, econômicos, grupos hegemônicos da sociedade do XIX, retomamos o diálogo com Diniz (2009). O autor descreve que, em outro momento, a empresa que veiculava estes impressos também estava ligada, fortemente, a serviço de causas como a independência do Brasil, a abolição da escravatura ou a proclamação da República, a exemplo, de influentes jornais como “O Diário Constitucional (1821), Sentinella Bahiense (1822), O Liberal (1823), O Abolicionista, Gazeta da Tarde, O Guaycurú (1843), O Horizonte, República Federal e O Monitor” (DINIZ, 2009, p.2).

Constituidora de cultura a partir do projeto iluminista de mudar as mentalidades, a imprensa assume também um papel educativo. Segundo Burke (1998), ela passa a ser constantemente referida como o meio mais eficiente de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas (BURKE, 1998, p.147).

No Brasil, apesar do enorme número de pessoas não letradas, as leituras em voz alta (ALMEIDA, 2018), em grupos, ajudavam a proliferação das informações contidas nos jornais. Já Campos (2012) permite pensarmos diferentes formas de utilização dos mesmos nos séculos XIX e XX. Para a autora referida,

o processo de transformações políticas, econômicas, sociais e, especialmente, culturais que caracterizou o mundo ocidental na época

teve no jornalismo uma força de ressonância ímpar, sendo mesmo impossível dissociar o modo de vida urbano triunfante e a propagação de periódicos (CAMPOS, 2012, p.50).

O avanço da imprensa se deu por diferentes motivos. Segundo Almeida (2018), o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, foram marcados e a eles atribuídos “o conceito de inovação por seu caráter modernizador em relação à função da imprensa e suas características: as notícias passavam a serem vendidas e circuladas em território nacional” (ALMEIDA, 2018, p.47).

Com a difusão da escrita no Brasil, mesmo que em passos lentos, mas em adequação aos projetos de escolarização e organização do ensino, nos séculos XIX e XX, ocorreu uma imensa força nos almanaques, especialmente, aqueles editados pelas empresas farmacêuticas. Temos um novo exemplo da educação, formal ou informal, presente e articulada aos processos de disseminação das ideias por meio dos impressos.

Voltemos a pensar sobre a experiência da organização do ensino na Bahia. No dia 06 de setembro de 1821, em uma carta enviada aos deputados da província da Bahia, um ano antes em que o país se tornaria independente e seis anos de antecedência à Primeira Lei Geral de Instrução Pública, os jornais apontavam a insatisfação com a formação popular e a necessidade em se priorizar o ensino público. O redator do jornal *Semanário Cívico* (BA), Joaquim José da Silva Maia, expõe:

nas aulas de primeiras letras, he quando facilmente se gravão n'alma todas as boas ou más impressões, he nesta tenra idade que se deve inspirar os meninos, o respeito à religião o amor a pátria, a obediência às leis e aos seus maiores, e as praticas de todas as virtudes (SEMANÁRIO CÍVICO, 1821, p.5).

Em uma sociedade escravista, majoritariamente analfabeta<sup>4</sup>, o entendimento que se propaga sobre a educação, neste jornal, consiste na crença de que, ao construir uma sociedade moderna, se torna indispensável à utilização da educação como mecanismo para moldar a sociedade brasileira, educar, civilizar, controlar e principalmente, moralizar nos parâmetros europeus do cristianismo, o país que até

---

<sup>4</sup> De acordo com o Censo de 1920, mais de 50 anos após o final da escravidão, a população brasileira analfabeta ultrapassava a porcentagem de 80%. A Bahia dispunha de 882.165 crianças, de 0 a 14 anos de idade, tendo entre elas apenas 129.538 alfabetizadas, aproximadamente 14,6% (IBGE. Recenseamento Geral do Brazil, 1920, v.IV).

então estava a três séculos atrasados. Para Raquel Martins de Assis, “a imprensa era utilizada como estratégia, que por meio da leitura, poderiam difundir a fé católica de modo a provocar mudanças de condutas nas pessoas e na própria sociedade” (ASSIS, 2009, p.146).

Pensando na imprensa como um espaço estratégico de disseminação de uma educação disciplinar, o redator do jornal baiano continua o pedido:

São necessários collegios no recôncavo desta cidade, para educar os filhos dos cidadãos ricos onde se lhes ensine os elementos das sciências: são também necessários outros collegios, para artes, e ensinos mecânicos onde os filhos dos pobres possam instruir, e estes últimos collegios devem ser gratuitos, pagos pelas respectivas camaras (SEMANÁRIO CÍVICO, 1821, p.5).

Por via da instituição escolar, haveria a formação de uma elite Imperial moderna e, ao mesmo tempo, a partir de outras instituições educativas e das escolas públicas primárias, projetava-se dar aos filhos e filhas das classes populares o ensino de primeiras letras ou ensino profissional, Faria Filho explica que, “para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado de primeiras letras” (2015, p.136).

A criação do espaço escolar e, junto a ele, uma materialidade escolar própria, códigos teóricos, práticas pedagógicas e um corpo de especialistas intitula-se liturgia escolar (BOTO, 2017). Todo esse aparato fomentou o surgimento de uma cultura escolar própria. Dentro de um projeto de Escola moderna, uma escola para utilidade social.

Cumprindo o papel da vigilância, da condução de condutas adequadas, da correção de vícios, uma forma escolar de socialização destinada, principalmente, aos filhos de filhas de trabalhadores. Este pensamento pode ser articulado à obrigação das populações pobres receberem algum tipo de ensino, acreditando que através da formação popular – distinta da formação de outros grupos sociais - seria possível alcançar o ordenamento social e desenvolvimento do país. A escola de primeiras letras, tratava-se de uma preparação “para a profissão” (BOTO, 2017, p.48).

Para disseminar este projeto de nação via escolarização popular, Almeida (2018) problematiza como as representações da educação nos jornais para a sociedade da época estabeleciam, através de signos e dispositivos, uma relação de

manipulação de condutas, culturas, comportamentos, a partir de um projeto político de concepção de Nação. Além de auxiliar-nos a observar os interesses sociais e, ainda, os empenhos da mesma em torno da instrução popular no período Império-República.

Em 1845, no periódico *O Crepúsculo: Periodico Instructivo e Moral (BA)*, é relatado que:

a instrução primária é precisamente a que mais deve ser espalhada e regulada, em forma que todos a tenham, por assim dizer diante dos olhos, ela é um alimento indispensável aos homens na sociedade (*O CREPÚSCULO*, 1845, p.109).

Com base na narrativa produzida e representada no jornal acima, observamos que os impressos impunham à sociedade uma urgência na instrução dos seus grupos. As concepções de civilidade se intensificaram. Calcada no positivismo, a República brasileira se insere como uma ruptura à monarquia e ao poder supremo do Estado.

As motivações pelas quais se justificaram a versão positivista da República, segundo José Murilo de Carvalho (2017), “foram armas muito úteis, a começar pela condenação da Monarquia, em nome do progresso” (2017, p.28). Para ele, “a monarquia correspondia à fase teológico-militar, que deveria ser superada nesta transição” (p.29). Outra questão que marca o contexto diz respeito à separação entre a Igreja e o Estado, sendo uma demanda atraente para esse grupo e principalmente “para os professores, estudantes e militares. Por último, a incorporação do proletariado à sociedade moderna, uma política social a ser implementada pelo Estado” (CARVALHO, 2017, p.29).

Em consonância à perspectiva debatida anteriormente, Schueler e Magaldi (2009) afirmam um propósito necessário. Esquecer a experiência educacional do Império era o sentido da invenção republicana:

Para realçar o tempo presente e a modernidade de suas propostas, o novo regime apagava os significados políticos e sociais do estabelecimento do princípio da gratuidade da instrução primária, aos cidadãos, na Constituição de 1824, e as suas repercussões nas disputas pelos significados, extensão e limites dos direitos de cidadania (MAGALDI & SCHUELER, 2009, p.37).

Apesar do cenário de progresso da República brasileira, tudo se justificava com a situação política e econômica em que o país se encontrava. Neste sentido, a situação da Bahia se encontrava em plena decadência. As notícias dos jornais, os relatórios dos trabalhos dos governos demonstraram uma crise, principalmente, educacional.

Em 1890, o governo do médico e professor Manoel Vitorino, primeiro governador da Bahia, na República, eleito pela administração provisória do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, preocupou-se com a organização do ensino público no Estado. Com extenso número de analfabetos, cerca de “81,9%, em 1872” (NUNES, 2001, p.96), a Bahia era um dos Estados brasileiros com a maior parte de sua população não letrada.

A universalização da educação era uma das principais metas preconizadas pela República e pela administração de Manoel Vitorino, sendo o primeiro governador a tratar da obrigatoriedade e gratuidade do ensino público, para além de projetos políticos, mas no corpus legislativo.

Com este grande número de reformas no campo da segurança e educacional, o governador começou a aguçar insatisfações da oposição, tendo como um dos seus maiores opositores na imprensa o periódico o “Pequeno Jornal”. Segundo Nunes, seus editores “tramavam sua derrubada do poder” (2001, p.101). Diante o que foi posto, fomos pesquisar o referido instrumento de propagação de ideias.

Ao anunciarmos os usos políticos feitos pela imprensa, assim como entendê-la como “o quarto poder” (ALMEIDA, 2018), devido sua relevância social, de formação e condução de grupos sociais; atentarmos para o “Pequeno jornal” consiste em também compreendermos a imprensa como uma resistência política, um espaço de oposição capaz de denunciar as representações forjadas pelos discursos presentes no corpus legislativo, bem como em variados projetos e propostas de reformas.

Sendo um periódico de cunho opinativo e noticioso, o “Pequeno Jornal” traz, em edição de 01 de março de 1890, um dos maiores debates políticos, públicos, em oposição ao governo de Manoel Vitorino. Evidenciando sua intenção em ocupar “o quarto poder”, o jornal publiciza o compromisso da imprensa na vida social.

O jornal descreve sobre a função da imprensa naquele momento. Na narrativa construída, o articulista garante tratar da verdade para as camadas populares, sendo “o único livro ao alcance dos mesmos” (O PEQUENO JORNAL, 01/03/1890, p.01).

Neste sentido, Chartier nos chama atenção para a questão da apropriação dos discursos. Sendo feitos para determinadas camadas, quais seriam os tipos de notícias escolhidas para que fossem representados em suas páginas? De que forma as camadas populares iriam absorver estas notícias, sendo que a maior parte de sua população não tinha acesso à instrução? O autor expõe que a apropriação sempre depende dos recursos à disposição dos indivíduos de acordo com suas condições econômicas e sociais (CHARTIER, 2011, p.27).

No mesmo ano, o periódico mencionado, publicava uma nota chamada “A pedido”. Nela, os professores questionavam os problemas da instrução e o projeto de reforma que o governador estava propondo fazer:

Que República é esta, cujo advento vem nos marcar uma era de regresso para educação popular? Neste Estado não há serviço mais desorganizado, ou pelo menos tão perturbado, como a da instrução (...) Saibão os que não acompanham esse movimento – que todos os trabalhadores da repartição do ensino foram suspensos desde dezembro; que o próprio ilustre Dr. Diretor não sabe o que se dirige pois a lei é a vontade unica do ilustre Governador (...) Reformar o serviço tão importante não é copiar a legislação de outros povos civilizados cujo meio social é radicalmente diferente (O PEQUENO JORNAL, 02/03/1890, p.2).

Nesta matéria, é possível observar que há um descontentamento dos professores em relação à instrução popular. O Pequeno Jornal seguiu assumindo a representação de opositor político e em defesa popular. Em nova notícia analisada, era questionada a honestidade do governador Manoel Vitorino. Levantava-se a hipótese de descrédito da população sobre a sua administração:

Que governo! (...) Quão fatal tem sido o governador Sr. Dr. Manoel Victorino?! O Sr.ex. não compreendeu a sua obrigação de dar contas aos contribuintes da forma por que gasta o seu dinheiro (O PEQUENO JORNAL, 25/04/1890, p.1).

O “Periódico Republicano”, como fora anunciado, era contrário à figura pública do governador do estado, que antes da posse, fazia parte do partido Liberal do Império e, ao assumir a administração pública, em discurso noticiado, passou para “o outro lado”. No mesmo ano, houve manifestações contrárias ao governador. As mesmas pediam sua saída. Com a influência de partes da imprensa baiana, a intenção era que

o governador fosse deposto de seu cargo. A imprensa tinha e assumia diferentes princípios.

### **3. EM PAUTA: a organização do ensino e a formação social do povo**

A primeira lei de instrução pública, sancionada em 15 de outubro de 1827, estabelecia que fossem criadas escolas de primeiras letras. Vemos que no Art. 1, a lei sugere que: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haver[á] as escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 15/10/1827, art.1) na tentativa de organizar o ensino público brasileiro.

A respeito da Bahia, a necessidade de se ter uma reorganização no ensino perpassa grandes períodos do Império e, principalmente, a fase republicana. É notório perceber que houve um esforço para que a instrução na província fosse organizada, unificada, centralizada, priorizando sua característica pública e laica, em nome de um serviço de nacionalização e civilização. Além disso, demandava que a instrução fosse gratuita, para alcançar as camadas populares, consideradas um problema social. Também, que fosse centralizada na esfera estatal, para ter certeza que não seria ineficiente.

Após a institucionalização da lei, em 1828, na província da Bahia, já notamos uma movimentação em defesa da formação popular. Nos relatórios dos trabalhos do conselho interino, documento no qual eram apresentados os debates travados e os feitos do governo, foi proferido pelo presidente da província, José Egídio Gordilho de Barbuda, o Visconde de Camamu, “que a Bahia já goza[va] da preeminência da educação da classe pobre, sobre outras províncias” (BAHIA, 1828, Ed.1, p.2).

Em consonância com a lei de 1827, em diálogo com o nomeado “tripé educacional” sinalizado por Almeida (2013) – a questão da expansão do ensino aparece vinculada às políticas de fiscalização da instrução, à formação dos professores e as duas, diretamente, relacionadas ao ensino obrigatório – o próximo passo seria pensar a formação de professores para atuar nas respectivas escolas.

A partir dos dados dispostos nos Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia, a intenção era mostrar os melhoramentos, esclarecimentos ou as necessidades da instrução nas diferentes comarcas. Como exemplo, em 1851, são

relatados os dados gerais da instrução em toda província. Segundo o Diretor Geral dos Estudos, Casemiro de Sena Madureira:

Da-se na província instrução elementar 3.545 meninos, pouco mais ou menos, em 144 cadeiras e a 680 meninas em 26 cadeiras, pago os professores pelos cofres das províncias (BAHIA, 1851, Ed.02, p.6).

Na direção do controle e da organização do ensino, era necessário criar um conjunto de dispositivos capazes de possibilitar que a difusão de escolas e práticas escolares acontecessem. Assim sendo, Almeida acrescenta que “a escola, a fiscalização, a formação dos professores eram expressões da presença de uma cultura que se materializou na modernidade” (ALMEIDA, 2013) e que enredam a cultura escolar em sua oposição ao mundo rural e à edificação de um mundo urbano, com uma nova ordem de saberes fundamentado em uma nova linguagem: a escrita.

Neste sentido, fazia-se necessário a criação da instituição de formação de professores. Na província baiana, estabelecia-se a criação da escola normal da Bahia, implementada pela lei n.37, de 14 de abril de 1836, sendo inaugurada, em 1841, visando preparar a docência para seu trabalho nas respectivas escolas elementares primárias.

O processo de expansão do ensino, ainda que em passos lentos, é possível de observar a partir dos mapas escolares presentes nos relatórios, de 1851 a 1885. Se compararmos o primeiro e o último destes mapas, percebemos ter havido um crescimento de aproximadamente 345% no número de cadeiras existentes.

Em 1851, os dados mostraram possuir 144 cadeiras escolares. No ano de 1885, os números subiram para 645. Estatisticamente, os dados sugerem terem sido acrescentadas 501 cadeiras públicas, com maiores números na Capital (Salvador), na comarca de Cachoeira e em Nazareth.

Ao ampliar o número de escolas, também notamos o acréscimo da população escolar. O número de matrículas, em 1851, era de 4.225 alunos e alunas matriculados/as nas escolas da Província, incluindo os dos dois sexos. No ano de 1885, os/as matriculados/as sobem para 18.159 alunos e alunas, aproximadamente, 329% a mais que 1851. Houve um avanço expressivo, segundo os dados oficiais, na disseminação do ensino na província baiana (BAHIA, 1885, p.261).

De certo, uma das principais formas de escolarização imperial consistia nas chamadas escolas isoladas, também conhecidas por escolas elementares, ocupadas por estes professores e professoras das cadeiras. Elas eram provenientes de uma experiência escolar na qual não se haviam espaços específicos destinados para as escolas públicas e particulares, com exceção dos grandes colégios particulares, prioritariamente, religiosos. Neste período, apesar de haver diferentes formas de escolarização e educação formal como as aulas domésticas, com professores particulares e/ou preceptores, colégios particulares, os institutos de ensino secundário, entre outros; as escolas isoladas se destacavam por ser a mais frequente experiência no país.

Segundo Faria Filho “os alunos ou alunas, dirigiam-se para a casa do mestre ou da mestra e permaneciam por algumas horas” (2015, p.144). Não raramente, o período escolar de 4 horas era dividido em duas seções: uma das 10 às 12 horas e outra das 14 às 16 horas. Elas podiam ser municipais, estaduais, particulares, mas, em todas as situações, envolviam o papel central de um/a professor/a em sua manutenção e/ou administração, cabendo a um dos agentes mencionados, da esfera pública ou privada, subsidiar o aluguel da casa do/da docente ou contribuir com o seu salário.

Para além da falta dos prédios próprios, toda a materialidade escolar se apresentava prejudicada, em falta, sob alegação do diminuto orçamento disponível nos cofres públicos. Percebemos que a educação pública baiana, desde suas primeiras leis para regulamentação da instrução e, apesar da quantidade de reformas seguindo as demonstrações de sua propagação; a mesma sofria com a insuficiência orçamentária para a sua realização.

Os discursos nos relatórios apontam para falta de finanças da província. Apesar da “instrução popular [ser] necessidade indeclinável n’um país livre e progressivo”, não passará de uma fórmula vã e meramente depauperante, si as sommas despendidas em seu nome forem insuficientes” (BAHIA, 1887, p.6).

Ainda que observemos algumas permanências na organização do ensino promovida durante o século XIX e início do século XX, algumas rupturas e transformações precisam ser destacadas. Nessa direção, “substituir um governo e construir uma nação”, tratava-se da “tarefa que os republicanos tinham de enfrentar” (CARVALHO, 2017, p.25).

Na República, os agentes partícipes do projeto de sociedade a ser idealizada defenderam a monumentalização escolar. Para Faria Filho, “buscava-se projetar uma educação escolar que pretendia realizar a homogeneização, utilizando-se de mecanismos que evidenciem e controlem as diferenças” (2014, p.93). Nesta perspectiva, a monumentalização escolar evidenciava a ruptura entre o Império e a República, a relação entre o homem escolar e o homem não letrado, o mundo escolar com o mundo moderno, secular e urbano, desse modo, projetando em uma cultura escolar dispositivos para o controle das diferenças.

### **3.1 A República e a construção de uma cultura escolar na Bahia**

Em 1892, no começo do regime republicano, os Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros, referente à Bahia, demonstravam os dados gerais da instrução primária na região, do ano anterior de 1891. No Estado da Bahia, o contingente populacional atingiu a marca de 1.849.531 pessoas, tendo 292.335 de público escolar, com 751 cadeiras escolares. Em comparação ao ano de 1885, com 645 cadeiras, a difusão escolar estava acontecendo, em consonância ao desenvolvimento urbano, e sofreu consideráveis avanços.

Não bastava, apenas, defender a expansão escolar. Tornava-se necessária planejar uma arquitetura escolar própria, em consonância à função escolar almejada, um espaço de formação social e disciplinar para os sujeitos nele inseridos. Tratava-se de pensar num novo modelo de educação escolar, com prédios específicos, preceitos higienistas, novos métodos, sob o respaldo do capitalismo liberal em que será necessário formar o homem moralmente adequado para conviver em nova sociedade e disciplinado para o trabalho.

Na Bahia, “a República foi aclamada no dia 16, por um grupo de republicanos, e reacclamada no dia 17 de novembro de 1889, a uma hora da tarde; nos dois dias no largo em frente ao forte de São Pedro, até hoje conhecido como Praça da Aclamação” (NUNES, 2001, p.94). Junto à sua aclamação, fortalecem os discursos em defesa do papel da instrução popular. Em 1892, na administração de Joaquim Leal Ferreira, vice-presidente, era proferido no Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros:

A difusão do ensino é uma necessidade de que não se pode prescindir. A criação de escolas primarias torna-se necessária, sempre que nas localidades existe população carecedora deste benefício por parte do governo (...) porquanto a instrução primaria é a base fundamental para a educação e felicidade dos povos (BAHIA, 1892, Ed.01, p.15).

Desde o império, a intenção em formar cidadãos instruídos para conviver em sociedade e principalmente, moralizados, corrigidos e controlados foi base principal para formação da sociedade brasileira, sobretudo, o controle da população pobre e para a formação da classe trabalhadora, agora, Republicana. Contudo, os relatórios seguiam trazendo indícios da falta de verba pública para o investimento educacional, apesar dos ideários não cessarem (BAHIA, 1906, p.26).

Motivados pelos resultados negativos e por outros diversos motivos, entre eles, a falta de fiscalização das escolas primárias isoladas, as discussões acerca da importância da instrução, eram aquecidas, juntamente, com as ambições da burguesia nacional republicana, que vislumbravam prédios escolares como estratégias de monumentalização da escolarização, dando início à criação dos grupos escolares.

A parte material dos serviços está grandemente melhorada com a dotação do mobiliário escolar a 430 escolas das 577 que existem creadas (...). Faltam-nos edificios apropriados; a escola; aliás, precisa ser em um prédio que, além de satisfazer a todas as prescrições higienicas e exigências pedagógicas, atraia (BAHIA, 1909, p.31).

Na Bahia, os interesses em torno da organização do ensino também estavam presentes nos discursos políticos e nos projetos de reforma da educação. No dia 6 de setembro de 1913, no governo de José Joaquim Seabra, foi promulgada a Lei n. 1.006, que reformava o ensino primário do Estado. Definia-se

Art.21. Haverá para difusão do ensino primário em todo o Estado, e em numero sufficiente as necessidades públicas;

- a) Escolas isoladas;
- b) Grupos escolares (BAHIA, Lei n.1.006, 1913, p.134).

Desta forma, de acordo com a reforma de lei n.1006, o modelo ideal de escola passaria a ser os grupos escolares que, com o advento da República, se torna o modelo definido de educação formal, com a perspectiva de romper com a antiga estrutura imperial, para modernizar o ensino, desvinculando-se do ensino doméstico, traduzindo uma cultura escolar em via de consolidação.

A instrução popular ganhou destaque nos debates político-educacionais. Nos discursos, defendia-se que os males da sociedade e o atraso no desenvolvimento do Estado podiam ser resolvidos pela educação do povo:

A instrução popular merece, em verdade, toda atenção dos governos, tanto do Estado, quanto dos municípios, porque depende a preparação dos futuros cidadãos, porque por ella se eliminarão os males do analfabetismo, que muito nos prejudica e tem sido em todos os paizes, onde não combatem, uma causa de resistência dos desenvolvimentos da civilização (BAHIA, 1916, Ed.01, p.23).

Apesar da criação de 3 grupos escolares até a década de 1920: em Salvador (1905), Ilhéus (1915) e Feira de Santana (1916); as escolas isoladas seguiram amplamente difundidas, na República. Ainda que tenham havido avanços, em sua quase totalidade, elas eram configuradas a partir do modelo imperial de escolas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações em torno da cultura escolar e da organização do ensino na Bahia perpassa pensar as diferentes formas de escolarização – como os múltiplos dispositivos, a materialidade escolar, o quadro teórico, os códigos disciplinares – que sofreram processos e interferências, políticas, culturais e sociais. Percebemos que foi forjado um ideário escolar.

O Estado moderno fez com que a instrução primária passasse a ser prioridade nos projetos e debates políticos. Ela tornou-se uma alternativa vislumbrada para redefinir o conceito de cidadania, civilização e progresso.

Na República, a escola foi compreendida como um mecanismo do Estado, um dispositivo de governo para o projeto civilizatório idealizado, ainda que não desconsideremos as apropriações e as resistências promovidas pelas próprias populações em processo de recepção de uma cultura escolar moldada e forjada, com interesses propostos com grupos hegemônicos. Neste limiar, a imprensa ocupou um papel fecundo para a disseminação do ideário social, sendo compreendida por nós como importante espaço educativo e instrumento de poder para a circulação dos discursos políticos que se desejava inculcar nas mentes, redefinindo hábitos e condutas para o controle dos corpos e das ações da população baiana.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.B. **Entre a “tyramnya cruel” e a “pedra fundamental”: a obrigatoriedade do ensino primário como uma técnica de governo em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, C.B. Entre relatórios e jornais: A presença de “culpados” no descumprimento da obrigatoriedade do ensino Mineiro. **Roteiro**, Joaçaba. Ed. Especial, p.153-182. 2013.

ALMEIDA, C.B. **Um paíz de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

ASSIS, R.M. A leitura e a Imprensa como estratégia para reforma dos costumes: iniciativas de D. Antônio Ferreira Viçoso nas Minas Gerais do século XIX. In: \_\_\_. **Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2009, p.145-156.

BAHIA, **Coleção de Leis do Império do Brazil**, 1835, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>. Acesso: 05 de julho de 2021.

BAHIA, **Lei de 15 de Outubro de 1827**. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Acesso: 05 de Julho de 2021.

BAHIA, **Lei n.1006, 1913**, p.134. Disponível em: Lei nº 1006 de 6 de setembro de 1913 BA.pdf. Acesso: 05 de Julho de 2021.

BAHIA. **Relatórios do Conselho Interino (BA)**, 1851-1887. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=130605&pesq=&pagfis=0>. Acesso em: 10 mai. 2021.

BAHIA. **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)**, de 1889 a 1920. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720887x&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BAHIA. **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (BA)**, de 1889 a 1920. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/720887x/2714> . Acesso em: 16 mai. 2021.

BOTO, C. **A Liturgia Escolar na Idade Moderna**. 1. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2017.

BURKE, M.L.G.P. A Imprensa pedagógica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, n.104, p. 144-161. Jul.1998.

CAMPOS, R. D. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira De História Da Educação**, 12 ed. v.28, p. 45-70. 2012.

CARVALHO, J.M. **A formação das Almas: O imaginário da República do Brasil**, 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2017.

CHARTIER, R. **A força das Representações: história e Ficção**. João Cezar de Castro Rocha (Org.) Chapecó, SC: Argos, 2011.

DINIZ, J.P. **Uma breve trajetória da imprensa no Recôncavo da Bahia durante o século XIX**. In: VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza- Ceará, 2009.

FARIA FILHO, L.M. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 1, n. 103, p. 136-149, mar. 1998.

FARIA FILHO, L.M. **Dos Pardieiros aos Palácios: Forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, L.M. Instrução Elementar no século XIX. In: \_\_FILHO, L.M, LOPES, E. M. T. e VEIGA, C.G (org.). **500 anos de Educação no Brasil**, 5. ed. – Belo Horizonte, Autentica, 2015.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**.6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JARDIM, T.S; BRANDÃO, I. B. S. Breve histórico da imprensa no Brasil: Desde a colonização é tutelada e dependente do Estado. **Hegemonia: Revista de Ciências Sociais**, n. 14, p. 131-171, 2014.

MAGALD, A.M.M; SCHUELER, A. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, v. 13, p. 43-66, 2009.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NUNES. A.A. A Tentativa de Universalização do Ensino Básico na Bahia com a Proclamação da República. **Revista da FAGED-UFBA**, n.5, 2001.

**O Crepúsculo**: Periodico Instructivo e Moral (BA), 1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/812897/109>. Acesso em: 01 abr. 2021.

**O Pequeno Jornal** (BA), 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703842/78> . Acesso em: 05 abr. 2021.

PINHEIRO, M.L.U. **Imprensa e cultura letrada no Amazonas, 1889-1930 – XXV** Simpósio Nacional de História - ANPUH – Fortaleza, 2009.

**Semanário Cívico** (BA) 1821-1823. 1921. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/702870/129>. Acesso em 10 abr. 2021.